



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>
_(79) 3209-8694_selic@tre-se.jus.br

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO 08/2023

PROCESSO 0004114-33.2023.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que a/o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a/o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE-SE**, com Sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica à(ao)s interessada(o)s que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, dirigida por sua(eu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designada(o)s pela Portaria TRE-SE 549/2021, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 10.024/2019, pela Lei Complementar 123/2006, o Decreto-Lei 2.848/1940, pelos Decretos 8.538/2015, 92.100/1985 e 7.983/2013, pela Resolução 114/2010 CNJ, pela Lei 13.709/2018, pela Resolução 120/2015 TRE-SE e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADAPTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FÓRUM DES. ALOÍSIO DE ABREU LIMA, EM ARACAJU/SE.**

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO**, e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.219Z.0028/Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - PTRES: 213920, Grupo de Natureza de Despesa - Investimentos.

A sessão pública ocorrerá às **9H (NOVE HORAS)**, **HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF**, de **27 DE MARÇO DE 2023**, mediante uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de adaptação e manutenção do Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, em Aracaju/SE**, conforme as condições estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) Anexo(s).

1.2 A licitação será realizada em **único item**.

1.3 Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema (<http://www.comprasnet.gov.br>).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (<http://www.comprasnet.gov.br>) implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(eu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(eu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros pessoas.

2.3 As(os) licitantes ou suas(eus) representantes legais deverão estar previamente credenciadas(os) junto ao órgão provedor no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresárias(os) cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.5.2 Empresas que tenham entre suas(eus) empregadas(os) cônjuges, companheiras(os) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízas(es) vinculados ao TRE-SE.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidora/servidor, cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, das(os) magistradas(os) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidoras(es) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculadas(os) direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.5.4 Empresas proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

2.6 Como condição para participação no Pregão, a(o) licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), relativo às seguintes declarações:

2.6.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seu(s) anexo(s).

2.6.2 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

2.6.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2.6.4 Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.6.5 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

2.6.6 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

2.6.7 Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

2.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da(o) licitante e subsequente encaminhamento da proposta, com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada dos documentos de habilitação previstos na cláusula quarta, a partir de **14 DE MARÇO DE 2023**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até **27 DE MARÇO DE 2023**, antes da abertura da sessão pública, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública, as(os) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.1.1.1 A(o)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos para execução dos serviços, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE-SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

3.1.2 As(os) licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do SICAF, assegurado às(aos) demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

3.1.2.1 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, da LC nº 123/2006.

3.1.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, art. 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.1.3.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item **3.1.3.1** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à(ao) Pregeira(o) convocar as(os) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

3.2 Incumbirá à(ao) licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) durante a sessão pública, ficando responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como suportando o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3 Caso julgue necessário para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante poderá realizar visita técnica ao Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, mediante agendamento prévio junto à **Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEENG)**, por meio do telefone (79) 3209-8645 ou do e-mail seeng@tre-se.jus.br e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à execução do serviço.

3.3.1 Para a visita, a(o) licitante, ou a(o) sua(eu) representante legal, deverá estar devidamente identificada(o) e habilitada(o), mediante a apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa e assinado por sua(eu) responsável.

3.3.2 O prazo para visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.3.3 A visita técnica deverá ocorrer individualmente com cada uma/um da(o)s licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

3.3.4 Na hipótese de não realização de visita técnica deverá ser apresentada declaração da(o) responsável técnica(o) da(o) licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos (Acórdão TCU 15719/2018-Primeira Câmara).

3.3.4.1 A não realização da visita técnica não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento acerca das especificidades e condições locais para a execução dos serviços, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos objetos de prestação do serviço, devendo a(o) licitante vencedora/vencedor assumir o ônus daí decorrentes.

3.4 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.4.1 Preços, em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no **Anexo I** (Termo de Referência) e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.4.1.1 Para elaborar a proposta a(o) licitante deverá preencher a Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários constante do **Anexo II**.

3.4.2 Especificações do objeto e prazos conforme **cláusula quinta** deste Edital e **Anexos I e X** (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

3.4.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante dos **Anexos I e X** (Termo de Referência e Minuta do Contrato, respectivamente).

3.4.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.4.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.6.1 A documentação referida no item **3.6** poderá ser complementada nos termos do artigo 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 e do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

3.6.1.1 A complementação de documentação de que trata o item 3.6.1 se refere a documento ausente, comprobatório de condição atendida pela(o) licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeira(o) ([Acórdão 1211/2021 - TCU - Plenário](#) e [Acórdão TCU 468/2022 - Plenário](#)).

CLÁUSULA QUARTA DA FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da(o) licitante detentora/detentor da proposta aceita em primeiro lugar, a(o) Pregoeira(o) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:112117978492086::NO:3,4,6::>).

4.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item **4.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

4.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(eu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(o) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).

4.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (SICAF) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.1.2.1.2 A(o) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

4.2 A(o) licitante, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:

4.2.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresária(o).

4.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de suas(eus) administradoras(es).

4.2.1.2.1 Os documentos referidos nos itens **4.2.1.1** e **4.2.1.2** devem contemplar o objeto deste Pregão.

4.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.2.1.4 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

4.2.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou Sede da(o) licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

4.2.2 Prova de regularidade para com a Seguridade Social e as Fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União) e municipal, do domicílio ou Sede da(o) licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

4.2.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

4.2.5 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da(o) licitante.

4.2.6 Comprovar índice de Liquidez Corrente ($LC = (AC) / (PC)$), em que: AC = Ativo Circulante, PC = Passivo Circulante) igual ou superior a 1 (um), bem como patrimônio líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de **3 (três) meses** da data da sessão pública de abertura do processo licitatório.

4.2.6.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

4.2.7 Prova de aptidão para a execução do objeto licitado, nos termos do item **14.4.3** do **Anexo I** (Termo de Referência), mediante o atendimento das seguintes exigências:

4.2.7.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do profissional de nível superior reconhecido pelo respectivo Conselho; ou de certidão(ões) de acervo técnico – CAT(’S), igualmente emitida(s) pelo CREA ou CAU, devendo constar, em quaisquer dos documentos, aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação. **Admite-se a soma de atestados.**

4.2.7.1.1 O(s) atestado(s) e a(s) certidão(ões) devem demonstrar a execução, pelo responsável técnico habilitado, de serviços de engenharia com todas as características e quantidades estabelecidas no quadro abaixo:

Características	Quantidades
Fornecimento e instalação de pavimentação e/ou revestimento cerâmico ou vinílico	área mínima de 1.000,00 m²
Fornecimento e instalação de forro acústico ou de gesso	área mínima de 750,00 m²
Fornecimento e instalação de divisórias divilux e/ou de gesso	área mínima de 200,00 m²
Execução de pintura de paredes, teto, esquadrias de madeira e de ferro	área mínima de 2.200,00 m²

4.2.7.1.2 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da(o) Contratada(o), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

4.2.7.1.3 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

4.2.7.1.3.1 Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo empresarial empresas controladas por ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da proponente.

4.2.7.1.4 Para comprovação do vínculo da empresa com profissional de nível superior devidamente reconhecida(o) pelo Conselho Profissional, detentora/detentor do(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou da(s) certidão(ões) de acervo técnico, conforme mencionado no item **4.2.7.1**, deve-se apresentar, alternativamente:

4.2.7.1.4.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a(o) licitante como Contratante.

4.2.7.1.4.2 Contrato social da(o) licitante em que conste a(o) profissional como sócia(o).

4.2.7.1.4.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

4.2.7.1.4.4 Declaração de contratação futura da(o) profissional detentora/detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência desta(e).

4.2.7.1.5 Deve-se ainda comprovar o registro junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertençam a(o) licitante e a(o)s responsáveis técnica(o)s por ela(e) indicada(o)s, o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física ou de Relatórios atinentes à empresa e à(ao) profissional, emitidos via consulta ao *site* do Conselho Profissional correspondente.

4.2.7.2 O TRE-SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de Contratos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços, desconsiderando a documentação caso constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados.

4.3 As(os) empresárias(os) ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal) e IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) **válidos** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ficam dispensadas(os) de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.2.1** a **4.2.7**, desde que os dados registrados/disponibilizados no Sistema permitam a comprovação do atendimento a cada um dos requisitos, devendo cumprir as demais exigências.

4.4 A regularidade da(o) licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) será constatada por meio de consulta *on-line*, na fase de habilitação.

4.4.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

4.4.2 O descumprimento do item **4.4.1** implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.

4.5 No sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), a(o) licitante deverá emitir declaração indicada no item **2.6.4** deste Edital, no sentido de que não viola a proibição do artigo 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA QUINTA
DOS PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de **60 (sessenta) dias** contado da sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará a(o) adjudicatária(o) para, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados da data em que receber a convocação, assinar o Contrato e optar pela modalidade de garantia, nos termos do **item 13** do Anexo I (Termo de Referência).

5.2.1 Integram o Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, seu(s) Anexo(s) e a proposta da(o) Contratada(o).

5.3 O prazo de execução da contratação a ser firmada com a(o) licitante vencedora/vencedor para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da data estabelecida na ordem de serviço.

5.4 O prazo de vigência da contratação será de **270 (duzentos e setenta) dias**, a contar da assinatura do Contrato.

5.5 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **5.3 e 5.4** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA

PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

6.1.1 Qualquer pessoa poderá, **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br, apresentar pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório e/ou impugná-lo.

6.1.2 A(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de **até 2 (dois) dias úteis**.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das **7h às 13h**.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0 e <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2023/pregoes-2023>.

6.1.2.3 A decisão da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação (art. 17, parágrafo único, do Decreto 10.024/2021).

6.1.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.1.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o) nos autos do processo de licitação.

6.1.4 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações vincularão a(o)s participantes e a Administração.

6.1.5 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

6.2 Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

6.2.1 A(o) Pregoeira(o), via sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item **3.1**.

6.2.1.1 A(o) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do item**.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 O **modo de disputa será aberto** e os lances serão ofertados **pelo valor total do item**.

6.2.2.2 A(o) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

6.2.2.3 A(o) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.2.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

6.2.3 Durante a sessão pública, as(os) licitantes serão informadas(os), em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

6.2.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.2.5 A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item **6.2.4** será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.2.6 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens **6.2.4 e 6.2.5**, a sessão pública se encerrará automaticamente.

6.2.7 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), nos termos do disposto no item **6.2.5**, poderá a(o) Pregoeira(o), assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade e Eventual Empate:

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), à(ao) licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar **para o item**, a fim de:

6.3.1.1.1 Obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.2 Ajustar os preços cujos valores sejam superiores aos referenciais indicados a seguir:

6.3.1.1.2.1 valores unitários superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Anexo II** (Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários);

6.3.1.1.2.2 valores de etapas de serviços superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do **Anexo III** (Cronograma Físico-Financeiro);

6.3.1.1.2.3 valor proposto superior ao valor de referência (total estimado para a contratação).

6.3.1.1.3 Na hipótese do **item 6.3.1.1.2** a(o) licitante será convocada(o) a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pela(o) Pregoeira(o), podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa da(o) licitante acolhida pela(o) Pregoeira(o).

6.3.1.2 Serão recusadas as propostas:

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme o item **6.3.1.1.2, 6.3.1.1.2.1, 6.3.1.1.2.2, 6.3.1.1.2.3**.

6.3.1.2.2 Que contenha indicação de item/serviço como verba.

6.3.1.2.3 Que indique Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no **Anexo II** (Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários).

6.3.1.2.4 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

6.3.1.2.5 Que apresente valor total superior a **R\$1.599.771,05** (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil setecentos e setenta e um reais e cinco centavos).

6.3.1.2.6 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos com mão de obra, com insumos e, de modo geral, com a aquisição e/ou execução do serviço, sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.2.6.1 Para efeito do disposto no item **6.3.1.2.6**, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores **para o item**:

6.3.1.2.6.1.1 Valor orçado pelo TRE-SE.

6.3.1.2.6.1.2 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE-SE.

6.3.1.3 Os critérios definidos nos itens **6.3.1.2.6, 6.3.1.2.6.1, 6.3.1.2.6.1.1 e 6.3.1.2.6.1.2** conduzem à presunção relativa de inexequibilidade de preços, motivo pelo qual a(o) Pregoeira(o), ao analisar a proposta, poderá facultar à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade (artigo 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/1993 c/c Súmula TCU nº 262).

6.3.1.4 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), a(o) licitante será convocada(o), via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível da(o) licitante acolhida pela(o) Pregoeira(o).

6.3.1.4.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.4.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

6.3.1.4.1.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.4.1.3 Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.4.1.4 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social.

6.3.1.4.1.5 Consultas a Entidades ou Conselhos de Classe, Sindicatos ou similares.

6.3.1.4.1.6 Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados.

6.3.1.4.1.7 Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente.

6.3.1.4.1.8 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa.

6.3.1.4.1.9 Estudos setoriais.

6.3.1.4.1.10 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

6.3.1.4.1.11 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

6.3.1.4.1.12 Verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho.

6.3.1.4.1.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.1.5 Na hipótese de não haver lance após o início da fase competitiva e sendo verificado o empate entre as propostas apresentadas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) entre aquelas apresentadas.

6.3.2 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):

6.3.2.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da [Lei Complementar 123/2006](http://www.comprasnet.gov.br).

6.3.2.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item **6.3.2.1**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.3.2.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) dentre as propostas empatadas.

6.3.3 Condições Específicas de Aceitabilidade:

6.3.3.1 A(o)s licitante(s) classificada(o)s em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o) e **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), **deverá(ão) enviar** a documentação exigida em conformidade com o item **14.1** do **Anexo I** ao Edital (Termo de Referência):

6.3.3.1.1 Cronograma físico-financeiro, em etapas mensais, compatíveis com o prazo de **180 (cento e oitenta) dias** fixado para execução dos serviços, detalhado com prazos de início e término de cada uma das atividades necessárias à execução dos serviços correspondentes a cada etapa, os percentuais previstos acumulados, os custos totais previstos de cada etapa e acumulados e o custo total geral, compreendendo todas as despesas com a execução do objeto pactuado, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso, nos moldes do correspondente **Anexo III** ao respectivo ao Edital.

6.3.3.1.2 Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, detalhada para cada item de serviço contemplado no cronograma físico-financeiro, nos moldes do correspondente **Anexo II** ao Edital, **sendo vedadas**, como registrado nos **itens 6.3.1.2.2 e 6.3.1.2.3**, a inclusão do

Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composições de preços unitários, bem como a indicação de item/serviço como **VERBA**.

6.3.3.1.3 Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, nos moldes dos correspondentes **Anexos IV e V** ao Edital, respectivamente.

6.3.3.1.4 Planilha de Composições de Preços Unitários do Empreendimento, na forma do correspondente **Anexo VII** ao Edital, indicando, separadamente, os valores de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, não sendo permitida a indicação apenas de percentuais para material e mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes, inclusive em percentual.

6.3.3.2 O Anexo II (Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários), o Anexo IV (Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais) e o Anexo V (Planilhas de Detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas -BDI) são referenciais, devendo o valor global apresentado contemplar a execução integral dos serviços, de modo que quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE-SE, ressalvado o disposto no item 10.4 deste Instrumento.

6.3.3.3 A apresentação e a análise dos documentos referidos nos itens 6.3.3.1.1, 6.3.3.1.2, 6.3.3.1.3 e 6.3.3.1.4 precedem a aceitação da proposta classificada em 1º (primeiro) lugar.

6.3.3.3.1 Na hipótese de as Planilhas serem apresentadas com incorreções, a(o) Pregoeira(o) poderá conceder prazo à(ao) licitante, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa acolhida pela(o) Pregoeiro(a), para que proceda aos devidos ajustes.

6.3.3.3.1.1 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços e o(s)respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pela(o) Pregoeira(o), prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços apresentado(s)

6.3.3.4 A(o)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar especificações e planilhas fornecidas para execução dos serviços, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE-SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.3.4 Se a(o) Licitante deixar de apresentar a(s) planilha(s) conforme estabelecido neste Edital ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), a proposta da(o) licitante será desclassificada e ela(e) estará sujeita(o) à penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, prosseguindo-se o certame com a convocação de outra(o) licitante, observada a ordem de classificação.

6.3.5 Condições de Habilitação:

6.3.5.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta** e remetidos via sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) por ocasião do encaminhamento da proposta, conforme indicado no item **3.1**, poderão ser **complementados** quando se fizer necessária essa providência.

6.3.5.1.1 A documentação **complementar** deve ser encaminhada após o encerramento do envio de lances, observando-se o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo esse prazo ser prorrogado, desde que acolhida justificativa plausível da(o) licitante.

6.3.5.1.1.1 O encaminhamento da documentação deve ser feito **exclusivamente** por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>).

6.3.5.1.2 Tem-se por **complementares à habilitação** os documentos necessários à confirmação daqueles exigidos na **cláusula quarta**, observado o disposto no item **3.6.1.1**

6.3.6 Outras Disposições:

6.3.6.1 Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se a(o) licitante desatender as exigências habilitatórias, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.3.6.1.1 Na situação prevista no item **6.3.6.1**, a(o) Pregoeira(o) deverá proceder conforme os itens **6.3.1, 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4 e 6.3.5**.

6.3.6.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

6.3.6.2.1 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de que trata o item **6.3.6.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e o registro da ocorrência em ata.

6.3.6.3 Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.6.3.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada nos mesmos moldes indicados no item **6.3.6.2.1**.

6.3.6.4 Será declarada(o) vencedora/vencedor a(o) licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global**, desde que atendidas as exigências de habilitação deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme previsto na **cláusula oitava**.

6.3.6.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejarem a desclassificação.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pela(o) Pregoeira(o).

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada da(o) licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela(o) Pregoeira(o) à(ao) vencedora/vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da(o) licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência – a decisão da(o) Pregoeira(o) tem que causar prejuízo direto à(ao) recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade – só a(o) licitante credenciada(o) poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica da(o) recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação da(o) licitante ou de suas(eus) concorrentes no certame.

7.3.1.5 Motivação – a(o) recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos à(ao) Pregoeira(o), que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação das(os) licitantes.

7.4 Aceita a intenção de recurso, será concedido à(ao) recorrente prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões recursais, ficando as(os) demais licitantes desde logo notificadas(os) a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo da(o) recorrente.

7.5 Considerando a(o) Pregoeira(o), ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação à(ao) vencedora/vencedor.

7.5.1 Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

7.5.2 Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

7.6 Cabe à(ao) Pregoeira(o) receber, examinar, instruir e decidir os recursos **em até 5 (cinco) dias úteis**.

7.6.1 Quando mantiver sua decisão, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

7.6.2 O acolhimento do recurso pela(o) Pregoeira(o) ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.7 Fica assegurado às(aos) licitantes:

7.7.1 O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do site <http://www.comprasnet.gov.br>.

7.7.2 Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na Sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

7.8 Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, nos casos de:

7.8.1 Revogação ou anulação deste Pregão Eletrônico (hipóteses previstas nos itens **8.4** e **8.5**), contando-se o prazo da publicação do ato na Imprensa Oficial (DOU).

7.8.2 Aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF (prevista na **cláusula nona**), contada da notificação da(o) licitante, conforme disciplinado nos itens **9.7** e **9.7.1**.

7.9 A Diretoria-Geral ou a Presidência do TRE-SE, conforme o caso, poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva nos casos previstos no itens **7.8** e **9.7** deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 O objeto deste Pregão será adjudicado à(ao) licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**, desde que regularmente atendidos os critérios de habilitação.

8.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.

8.2.1 A(o) adjudicatária(o), quando convocada(o), terá o prazo de **até 2 (dois) dias úteis para assinar o Contrato, a contar da data em que receber a comunicação, salvo justificativa acolhida pela Administração**.

8.3 Se a(o) licitante vencedora/vencedor, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Instrumento e/ou recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato, **sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis**, a(o) Pregoeira(o) poderá convocar outra(o) licitante para fazê-lo, desde que respeitada a ordem de classificação, comprovados os requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação.

8.4 A autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

8.5 A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a(o) Contratada(o), ressalvado o disposto no item **8.7**.

8.6 A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão Eletrônico opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

8.7 A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a(o) Contratada(o) pelo que esta(e) houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

8.8 No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA DAS PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

9.1 A(o) **licitante** que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, ficará impedida(o) de licitar e de contratar com a União e será descredenciada(o) no SICAF:

9.1.1 Por **até 2 (dois) meses**, quando não entregar a documentação exigida para o certame.

9.1.2. Por até 4 (quatro) meses:

9.1.2.1 Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

9.1.2.2 Quando não mantiver a proposta.

9.1.3 Por até 2 (dois) anos, quando comportar-se de modo inidôneo.

9.2 O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

9.3 A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

9.4 O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.5 Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

9.6 Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia à(ao) interessada(o), mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado de sua notificação.

9.7 A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contado da notificação da(o) licitante.

9.7.1 A notificação da(o) licitante referida no item **9.7** será efetivada mediante publicação de Aviso de Julgamento na imprensa oficial (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

10.1.1 Anexo I – Termo de Referência.

10.1.2 Anexo II – Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários (Planilha de Venda sem desoneração).

10.1.3 Anexo III - Cronograma Físico Financeiro.

10.1.4 Anexo IV - Planilha de Detalhamento de Encargos Sociais.

10.1.5 Anexo V - Planilhas de Detalhamento dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

10.1.6 Anexo VI - Cronograma de Desembolso Máximo.

10.1.7 Anexo VII - Planilha de Composições de Preços Unitários do Empreendimento.

10.1.8 Anexo VIII - Projetos

10.1.9 Anexo IX - Memoriais Descritivos.

10.1.10 Anexo X - Minuta do Contrato.

10.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento e penalidades constam dos **Anexos I e X** (Termo de Referência e Minuta de Contrato, respectivamente).

10.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

10.4 Em atenção ao art. 13, II, do Decreto 7.983/2013, a(o) Contratada(o) obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no item **9.1 do Anexo I ao Edital (Termo de Referência)**.

10.5 É facultada à(ao) Pregoeira(o) ou à autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta e da habilitação, observando-se para tanto os termos dos itens **3.6.1.1** e **6.3.6.2.1**.

10.5.1 Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, possibilitando-lhe rever seus atos a qualquer tempo, justificadamente, mantendo a transparência do certame.

10.6 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

10.7 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.8 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto-Lei 2.848/1940, os Decretos 8.538/2015, 92.100/1985 e 7.983/2013, a Resolução 114/2010 CNJ, a Lei 13.709/2018, a Resolução 120/2015 TRE-SE e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e suas alterações.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de adaptação e manutenção do Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, em Aracaju/SE, em **regime de empreitada por preço global**, conforme condições estabelecidas neste Instrumento.

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR DE REFERÊNCIA
1	1627	SERVIÇO ENGENHARIA	Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução dos serviços de adaptação e manutenção do Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, em Aracaju/SE.	R\$ 1.599.771,05

1.2 Justificativas

1.2.1 Para Contratação do Objeto:

1.2.1.1 Os serviços de adaptação e manutenção são essenciais à preservação da vida útil das instalações, garantindo funcionalidade e condições ambientais necessárias ao desenvolvimento das atividades pelos colaboradores, com vistas ao atendimento das demandas dos clientes do TRE/SE.

1.2.1.2 Cabe destacar que a execução dos projetos de adaptação e manutenção das instalações do Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima se configura como alta prioridade para este Tribunal, uma vez que, com o passar dos anos, após diversas intervenções com serviços de manutenção e pequenas adaptações, o prédio ficou defasado e pouco funcional. Ademais, essa situação foi agravada com o fechamento da 36ª Zona Eleitoral que lá funcionava.

1.2.1.3 Assim, a contratação em análise permitirá um melhor aproveitamento dos espaços, com maior integração e praticidade entre as Zonas eleitorais e a Central de Atendimento ao Eleitor.

1.2.2 Do Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento do Tribunal

1.2.2.1 O alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do órgão é essencial para o alcance de resultados efetivos para a organização assim como para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a logística como um aliado da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

1.2.2.2 Destaque-se que a necessidade de melhorias na estrutura física do Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima resultou na sexta alteração do Plano de Obras, que reclassificou a lista de obras e serviços de engenharia deste Tribunal e passou a prever o item "Reforma do Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima", conforme se observa do disposto na [Resolução TRE/SE 22/2022](#) (e [anexo](#))

1.2.2.3 No tocante à vinculação desta contratação com o Planejamento Estratégico do TRE/SE, observa-se que as atividades desenvolvidas na Instituição estão diretamente ligadas ao alcance dos Macrodesafios traçados no [Mapa Estratégico 2021-2026 do TRE/SE](#). Na estruturação dos objetivos estratégicos foram definidas três Perspectivas: *Sociedade*; *Processos internos* e *Aprendizado e crescimento*. Neste diapasão, conforme a análise de cenários prevista na [Resolução TRE/SE 5/2021](#), esta contratação guarda relação com os seguintes Macrodesafios e Perspectivas:

a) MACRODESAFIO 3 - AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, incluído na Perspectiva de *Processos Internos*. A análise de cenários caracteriza como *força* o fato de o TRE/SE possuir *infraestrutura predial, mobiliária e de equipamentos*. Assim sendo, esta contratação busca manter esta condição do TRE/SE.

b) MACRODESAFIO 7 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA, incluído na Perspectiva de *Processos Internos*. A análise de cenários caracteriza como *força* o fato de o TRE/SE possuir *ambiente favorável ao desempenho das atividades*. Conforme já registrado, esta contratação busca manter esta condição do TRE/SE.

c) MACRODESAFIO 9 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, incluído na Perspectiva de *Processos Internos*. A análise de cenários caracteriza como *forças* o fato de o TRE/SE possuir *Disponibilidade orçamentária satisfatória e Plano Anual de contratações*. A realização de procedimento de contratação a fim de atender esta demanda está prevista no Planejamento das Contratações do exercício de 2023, conforme consta do [Anexo](#) da [Portaria TRE/SE 1121/2022](#).

1.2.3 Da Natureza do Objeto

1.2.3.1 O objeto a ser contratado possui a natureza de serviço comum, nos termos dos art. 1º do [Decreto 10.024/2019](#), pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado. Com efeito, os serviços e produtos que serão contratados são facilmente encontrados no mercado local e já são amplamente utilizados em outras instituições públicas.

1.2.3.2 Frise-se, ainda, que o objeto possui características que o definem como serviços comuns de engenharia, nos termos do [art. 3º, inciso VIII, do Decreto 10.024/2019](#), destacando-se as seguintes:

- a. o objeto envolve a realização de atividades de demolição, reparação, adaptação e manutenção em edificação existente que se enquadram como SERVIÇOS nos termos do [art. 6º, inciso II, da Lei 8.666/93](#).
- b. os serviços executados não resultarão em acréscimo de área construída;
- c. autorização obtida junto à Prefeitura Municipal de Aracaju registra que os serviços se referem a **REPAROS GERAIS: REMODALAGEM DOS AMBIENTES INTERNOS, SERVIÇOS COMPLEMENTARES QUANTO A INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, HIDROSSANITÁRIAS, SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, PAREDES, ESQUADRIAS, CORRIMÃOS, GUARDA-CORPOS, ACABAMENTOS, FACHADAS E ADAPTAÇÕES QUANTO A ACESSIBILIDADE**.

1.2.3.3 Assim, sendo serviço comum de engenharia, o objeto deverá ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, nos termos do art. 1º § 1º, do Decreto 10.024/2019.

1.2.3.4 Trata-se de contratação que prevê a conclusão de ESCOPO predefinido, tendo em vista que a finalidade da contratação é a obtenção do objeto concluído até o termo previsto em seu prazo de vigência. O TRE-SE poderá prorrogar a contratação quando seu objeto não for concluído no período firmado no Contrato, desde que registradas nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão do serviço e manifestação da autoridade competente, **sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade**.

1.2.3.4.1 Por questões de segurança jurídica, a prorrogação de vigência do contrato será formalizada por meio de termo aditivo previamente à expiração do prazo previsto na avença, notadamente em virtude da necessidade de estabelecimento de novo cronograma de execução, de conclusão e de entrega do objeto.

1.2.3.5 Não haverá necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

1.2.4 Da Quantificação dos Serviços

1.2.4.1 A metodologia de quantificação dos serviços está detalhada em diversos Anexos ao Edital, a exemplo dos projetos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias.

1.2.4.2 Os critérios utilizados no levantamento das quantidades foram os usuais para esse tipo de serviço, baseando-se nos projetos arquitetônicos e complementares elaborados por empresa contratada pelo TRE/SE.

1.2.4.3 O orçamento de execução dos serviços foi obtido a partir do emprego de sistema de orçamentação ORSE (desenvolvido e fornecido pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe), cujas composições utilizadas consideram insumos e composições do SINAPI e do próprio sistema ORSE (data-base: novembro/2022).

1.2.5 Da Participação de Empresas Reunidas em Consórcio

1.2.5.1 Não é necessária a previsão de participação de empresas de forma consorciada, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada.

1.2.6 Da Subcontratação de Empresas

1.2.6.1 Não será admitida a subcontratação de serviços.

1.2.7 Para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade Ambiental

1.2.7.1 Dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal: "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Nesse diapasão, o TRE-SE insere em seus procedimentos rotineiros práticas mais sustentáveis de consumo. Ao optar pela busca da sustentabilidade, o TRE se adequa à sua missão constitucional e se habilita a divulgar, promover e até mesmo cobrar da sociedade ações semelhantes.

1.2.7.2 A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 3º da Lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei nº 12.349/2010).

1.2.7.3 A adoção de práticas de sustentabilidade ambiental atende à Recomendação nº 11, de 22.5.2007, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que visa à correta preservação e recuperação do meio ambiente, a exemplo da "utilização de edifícios com observância da proteção ao meio ambiente, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental levando em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável - *segurança para o usuário e instalações*", buscando a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental.

1.2.7.4 Todos os critérios ambientais inseridos no presente Instrumento respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre a(o)s licitantes e não restringem a competição, uma vez que decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

1.2.7.5 As soluções de sustentabilidade fazem parte das especificações dos serviços a serem realizados, conforme detalhados nos memoriais descritivos, para que possam alcançar sua efetividade máxima e custo mínimo. Essas especificações permitem a compra de materiais com minimização de impactos, a previsão de mecanismos de redução na formação de resíduos na fase construtiva e de sua reutilização, uso ou disposição adequados.

1.2.7.6 A execução dos serviços deverá observar as seguintes diretrizes:

1.2.7.6.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

1.2.7.6.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

1.2.7.6.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

1.2.7.6.4 A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

1.2.7.6.5 A CONTRATADA deverá orientar os seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

1.2.7.7 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

1.2.7.7.1 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307](#), de 05/07/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e na [Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01](#), de 19/01/2010, nos seguintes termos:

1.2.7.7.1.1 O gerenciamento de resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e aos procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ([Lei nº 4452/2013](#) - Prefeitura Municipal de Aracaju/SE).

1.2.7.7.1.2 Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo à classificação presente nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução 307/2002 – CONAMA.

1.2.7.7.1.3 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

1.2.7.7.1.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114 e e 15.116, de 2004.

1.2.7.7.2 A CONTRATADA deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1//2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

1.2.7.7.2.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

1.2.7.7.2.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da [Lei nº 6.938](#), de 1981, e [Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021](#), e legislação correlata;

1.2.7.7.2.2.1 A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

1.2.7.7.2.3 Cópia do Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela [Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente](#), e [Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014](#), ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

1.2.7.7.2.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

1.2.7.7.2.3.1.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não-nativos (p. ex. eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a CONTRATADA deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.

1.2.8 Para reunião em item único

1.2.8.1 A escolha por item único visa estimular a competição, obter maior economia e diminuir o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

1.2.8.2 Desta forma, a opção por realizar a licitação em item único decorre de aspectos operacionais vinculados à otimização da atividade de gestão da contratação, através de um maior controle da execução do contrato e salutar economicidade, corroborando com os preceitos da Administração Pública.

1.2.8.3 O Tribunal de Contas da União - TCU se pronunciou através dos Acórdãos 5.260/2011 - 1ª Câmara e 861/2013 - Plenário, no seguinte sentido de que é lícito o agrupamento de itens, a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza, que guardem relação entre si e que seja economicamente e tecnicamente viável.

1.2.8.3.1 Os citados acórdãos deixam claro que lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, além de levar a uma otimização do gerenciamento dos contratos de fornecimento.

1.2.8.4 Ainda em conformidade com orientação do TCU, a licitação por itens ou lotes não pode afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer sua perfeita execução.

1.2.8.5 No presente caso, o objeto reúne em item único diversos serviços que se interrelacionam e que se complementam e, se considerados isoladamente, também não teriam preço atrativo ao mercado. Desta forma, a contratação através de item único, neste caso, traz mais vantagens e benefícios para o TRE/SE, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, do maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, a maior interação, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido, além da concentração da garantia dos resultados. Além disso, os custos podem ser reduzidos, pois na construção civil a compra de materiais em maior quantidade leva a uma economia de escala.

1.3 Da Visita Técnica ao Local da Execução dos Serviços

1.3.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, **convém à(ao) licitante realizar visita técnica** ao Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, mediante agendamento prévio junto à **Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEENG)**, por meio do telefone (79) 3209-8645 ou do e-mail seeng@tre-se.jus.br e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à execução do serviço.

1.3.1.1 Para a visita, a(o) licitante, ou a(o) sua(eu) representante legal, deverá estar devidamente identificada(o) e habilitada(o), mediante a apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa e assinado por sua(eu) responsável.

1.3.1.2 O prazo para visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

1.3.1.3 A visita técnica deverá ocorrer individualmente com cada uma/um da(o)s licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, nos termos do item **1.3.1**, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

1.3.1.4 Na hipótese de não realização de visita técnica deverá ser apresentada declaração da(o) responsável técnica(o) da(o) licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos (Acórdão TCU 15719/2018-Primeira Câmara).

1.3.1.4.1 A não realização da visita técnica não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento acerca das especificidades e condições locais para a execução dos serviços, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos objetos de prestação do serviço, devendo a(o) licitante vencedora/vencedor assumir o ônus daí decorrentes.

2 DO ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES

2.1 A execução dos serviços deve observar as previsões constantes do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos.

2.2 Toda e qualquer modificação introduzida nas especificações, inclusive acréscimos, somente será admitida com a prévia autorização da Gestora da Contratação, e será anotada no livro de ordem, assim como todo acompanhamento dos trabalhos no decorrer da contratação.

2.3 Será exigido o emprego de materiais e mão de obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.

2.4 Os quantitativos estimados para a contratação são resultantes do levantamento de necessidade de serviços, baseando-se nos projetos arquitetônicos e complementares e nos memoriais descritivos elaborados por empresa contratada pelo TRE/SE, com detalhamento constante da Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários anexa ao Edital.

2.5 A utilização de materiais e/ou serviços não previstos nesta especificação constitui casos especiais, devendo ser apreciada pela(o) Gestora/Gestor da Contratação.

2.6 Todo material considerado "similar" deverá ser previamente submetido à apreciação da(o) Gestora/Gestor da Contratação e autorizado por escrito.

2.7 Critérios a serem obedecidos:

2.7.1 Nas divergências entre as medidas verificadas e as cotas apresentadas, prevalecerão estas últimas.

2.7.2 Nas divergências entre planilha e especificações, prevalecerão as especificações.

2.7.3 Nas divergências entre projetos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala.

2.7.4 Nas divergências entre especificações e projetos, prevalecerão as especificações.

2.7.5 Nas divergências entre detalhes e plantas gerais, prevalecerão os detalhes.

2.7.6 Nas indicações de marcas considerem-se compreendidas as similares.

3 DOS PRAZOS

3.1 O prazo de execução da contratação a ser firmada com a(o) licitante vencedora/vencedor para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento é de **180 (cento e oitenta) dias**, contando-se da data estabelecida na ordem de serviço.

3.1.1 As etapas de execução dos serviços de adaptações no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima estão detalhadas no *Cronograma Físico-financeiro*, anexo do ato convocatório.

3.2 O prazo de vigência da contratação será de **270 (duzentos e setenta) dias**, a contar da assinatura do Contrato.

3.3 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **3.1** e **3.2** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

4 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços serão executados seguindo os Projetos e Memoriais Descritivos fornecidos como anexos ao Edital.

4.2 Cabe esclarecer que:

4.2.1 Todos os serviços necessários para atender às especificações e projetos, como por exemplo, demolições, desmontagens, reinstalação de esquadrias, regularização para recebimento de revestimento e pavimentação, remoção de entulho, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.2.2 As novas tubulações e tomadas serão todas embutidas nas paredes, pisos ou entre o forro e a laje.

4.2.3 O Projeto de climatização foi fornecido com a indicação dos aparelhos de ar condicionados, que serão fornecidos e instalados pelo TRE/SE. Caberá à CONTRATADA fornecer e instalar os exaustores e sua tubulação, além dos drenos das máquinas de ar condicionado de acordo com o citado projeto de climatização.

4.2.4 Na planilha orçamentária de referência está prevista estrutura de concreto armado para sustentação da nova parede a ser executada sobre o portão da nova entrada do Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima.

4.2.5 Todo o material a ser fornecido e instalado deverá ser apresentado à fiscalização antes da sua aquisição, para verificar a sua compatibilidade com as especificações e projetos.

4.3 O imóvel estará sem atividades do TRE/SE durante o período de execução dos serviços, sendo a CONTRATADA responsável pelo mesmo.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O) E DE SUAS VEDAÇÕES

5.1 São obrigações da(o) CONTRATADA(O):

5.1.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

5.1.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da(o) CONTRATADA(O), independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

5.1.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos por suas(eus) operária(o)s e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

5.1.5 Conhecer, por meio de responsável técnica(o), os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e propriedades de terceiros pessoas, e ainda, a segurança da(o)s operária(o)s e transeuntes, durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

5.1.5.1 A obrigação constante do item **5.1.5** não se confunde com a **visita técnica** disciplinada no item **1.3**.

5.1.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e de tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos decorrentes dos serviços de engenharia.

5.1.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.7.1 Não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

5.1.7.2 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

5.1.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

5.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.1.9** transferirá à(ao) CONTRATADA(O) todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.1.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços.

5.1.12 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar a(o) responsável pela equipe de operária(o)s.

5.1.13 Cuidar para que o pessoal que executará os serviços contratados esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos realizados.

5.1.14 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

5.1.15 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal junto ao serviço esteja protegido.

5.1.16 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação os dias e horários de atuação da(o) CONTRATADA(O), definida, inicialmente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial (07h às 17h), podendo, se necessário, verificar-se em dias e horários diversos, desde que devidamente justificada essa necessidade.

5.1.17 Registrar a contratação no **CREA/SE** e/ou no **CAU-SE**, na forma prevista na legislação vigente e fazer a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** e /ou o **Registro de Responsabilidade Técnica - RRT** de execução dos serviços no respectivo Conselho.

5.1.17.1 A ART ou o RRT devem ter como responsável engenheira(o) ou arquiteta(o), conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados da data estabelecida na Ordem de Serviço para o início da execução contratual.

5.1.18 Indicar, no prazo de **2 (dois) dias úteis** contados da assinatura do Contrato, preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

5.1.19 Cuidar para que a(o)s engenheira(o)s ou arquiteta(o)s indicada(o)s para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenham poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

5.1.20 Retirar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.21 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.1.22 Afastar ou substituir por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação qualquer empregada(o) que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, **até 24 (vinte e quatro) horas** após receber a devida notificação.

5.1.23 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas da Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.24 Fornecer Livro de Ordem até a data estabelecida na Ordem de Serviço para o início das atividades, mantendo-o no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.1.25 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

5.1.26 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

5.1.27 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

5.1.28 Remover, às suas custas, ao fim dos serviços e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

5.1.29 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

5.1.30 Atender às normas sobre segurança e saúde no trabalho.

5.1.31 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à prestação dos serviços contratados, inclusive os serviços mal executados.

5.1.32 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

5.1.33 Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.1.34 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

5.1.35 Observar os termos da **Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)** e as normas do **Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015**, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

5.1.36 Entregar ao TRE-SE, **até o recebimento definitivo do objeto**, os desenhos **"as built"** de todos os projetos executados, devidamente conferido pela Gestão/Fiscalização Contratação.

5.1.36.1 O fornecimento dos desenhos **"as built"** ocorrerá sem prejuízo da responsabilidade civil da(o) CONTRATADA(O) em relação aos serviços por ela(e) realizados.

5.1.37 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e na Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

5.1.37.1 O gerenciamento de resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e aos procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (Lei nº 4452/2013 - Prefeitura Municipal de Aracaju/SE).

5.1.37.2 Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo à classificação presente nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução 307/2002 – CONAMA.

5.2 É expressamente vedado à(ao) CONTRATADA(O):

5.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

5.2.2 Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.

5.2.3 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE-SE.

5.2.4 Contratar servidora/servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como sua(eu) cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.2.5 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

5.2.6 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DE SUAS VEDAÇÕES

6.1 É dever do CONTRATANTE

6.1.1 Emitir Nota de Empenho.

6.1.2 Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da(o) CONTRATADA(O) ou por quem a(o) represente.

6.1.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.

6.1.4 Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

6.1.5 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

6.1.6 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, **preferencialmente** por meio eletrônico (e-mail).

6.2 É vedado ao CONTRATANTE:

6.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:

6.2.1.1 Exercer o poder de mando sobre a(o)s empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente à/ao Preposta(o) ou pessoa(s) responsável(eis) por ela(e) indicada(s)/indicado(s).

6.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

6.2.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções da(o)s trabalhadora(e)s da(o) CONTRATADA(O), mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora/trabalhador foi contratada(o).

7 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO E DO REAJUSTE

7.1 A Gestão da Contratação será realizada pela **Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços - COSER**, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no Contrato e a aceitação por meio de atestação exarada nas notas fiscais ou faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

7.2 A **fiscalização** da Contratação será realizada por **Comissão de Fiscalização designada para tal finalidade**, cabendo-lhe dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

7.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

7.4.1 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir, reformar, adaptar e instalar, poderá a(o) referida(o) Gestora/Gestor, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela(o) CONTRATADA(O).

7.4.1.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado.

7.4.1.2 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo do objeto contratado não poderá ser realizada sem a análise da Fiscalização.

7.5 A COSER rejeitará, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no Contrato.

7.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

7.7 Será exigido o Livro de Ordem, que é de adoção obrigatória, conforme [Resolução CONFEA 1094/2017](#).

7.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a respectiva autoria, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

7.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART ou RRT a efetiva participação da(o) profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

7.7.3 Neste livro de ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme Resolução CONFEA 1.094/2017, a ser providenciado pela(o) responsável técnica(o) pelos serviços e pelo CONTRATANTE.

7.8 A Comissão de Fiscalização lavrará termo circunstanciado de recebimento provisório, assinado pelos seus membros e pela(o) CONTRATADA(O), no prazo de **15 (quinze) dias** contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto pela(o) CONTRATADA(O).

7.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

7.8.2 A Comissão de Fiscalização da Contratação examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Termo de Referência, especificações técnicas e demais anexos do Edital do correspondente Pregão Eletrônico, e fará constar do termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a(o) CONTRATADA(O) deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

7.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das eventuais deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, **a COSER emitirá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias** contados da respectiva comprovação, Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, que será assinado também pela(o) CONTRATADA(O).

7.9.1 Se, no decorrer do prazo de emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à(ao) CONTRATADA(O), que deverá efetuar as correções no tempo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, suspendendo-se o decurso dos **90 (noventa) dias** fixados no item **7.9**.

7.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a(o) CONTRATADA(O) faça jus.

7.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação por parte da(o) CONTRATADA(O) da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

7.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos após cumpridas todas as obrigações assumidas pela(o) CONTRATADA(O) e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.12 A(o) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluem ou reduzirão a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiras pessoas.

7.14 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, com este Instrumento ou demais documentos determinantes do objeto, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.14.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela(o) CONTRATADA(O) e aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.15 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela(o) CONTRATADA(O), e devidamente aceita pela **Comissão de Fiscalização da Contratação**, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

7.16 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a(o) CONTRATADA(O) solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela(o) CONTRATADA(O) todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a(o) CONTRATADA(O) será autorizada(o) a apresentar os documentos de cobrança (faturas), referentes ao preço da etapa executada.

7.16.1 Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

7.16.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro.

7.16.2.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

7.17 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens **7.16.1** e **7.16.2**, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência ou por quem esta delegar.

7.18 Quando as situações previstas nos itens **7.16.1** e **7.16.2** ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

7.19 À(ao) CONTRATADA(O) caberá sanar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item **7.16**.

7.20 Atendidas as exigências do item **7.19**, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura da(o) CONTRATADA(O), acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessárias à atestação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.20.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da data da atestação.

7.20.2 A atestação será efetuada pela Comissão de Fiscalização da Contratação em **até 2 (dois) dias úteis** contados da perfeita e efetiva execução do objeto contratado.

7.20.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da(o) CONTRATADA(O), comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.21 De acordo com os Decretos [3.393/2011](#) e [3.646/2011](#) da Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da CONTRATADA sediada fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju/SE.

7.21.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju/SE, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.21.2 O pagamento está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.22 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **7.20** ou **7.20.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

7.22.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.22**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.23 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da(o) CONTRATADA(O) relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.23.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na Internet: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar/>; <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <https://www.tst.jus.br/certidao1>.

7.23.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.23.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na Nota de Empenho e no Contrato.

7.23.4 Eventual mudança do CNPJ da(o) CONTRATADA(O) (matriz/filial), encarregada(o) da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

7.24 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da CONTRATADA, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.25 Não haverá reajuste, uma vez que o prazo de execução dos serviços, a partir da data de apresentação da proposta, é inferior a um ano e que não se trata de serviço continuado.

7.25.1 Excepcionalmente, na hipótese de decorridos **12 (doze) meses** da data da apresentação da proposta, o valor remanescente ainda não executado poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

7.25.1.1 Não se aplica o disposto no item 7.25.1 na hipótese de o atraso na execução dos serviços e a consequente prorrogação do prazo do contrato ocorrerem por causa atribuída à(o) CONTRATADA(O).

7.26 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à(o) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

7.27 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a(o) CONTRATADA(O) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

8 DAS RETENÇÕES NA FONTE

8.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

8.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

8.1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

8.1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

9 DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

9.2 No caso de celebração de aditivos contratuais, observar-se-ão as regras previstas no Decreto 7.983/2013, no que couber.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

10.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser sancionada(o), **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

10.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, equivalente a **1,0 % (um por cento) do valor de cada etapa da contratação**, por dia de atraso na **finalização da respectiva etapa**, até o limite de **15% (quinze por cento)**.

10.1.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

10.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado**.

10.1.3.1.1 A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades em até **15 (quinze) dias** do prazo estabelecido na ordem de serviço.

10.1.3.2 Na situação de recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação, **a multa equivalerá a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência**.

10.1.3.3 Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, aplicar-se-á multa de **0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda ocorrência**.

10.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, penalidade a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe nos prazos adiante indicados e em face da prática ou omissão dos atos seguintes

10.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

10.1.4.2 Por até 2 (dois) anos, na hipótese de, convocada(o) dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato ou, no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao CONTRATANTE.

10.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

10.1.4.3.1 Para os fins do item **10.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

10.2 O valor das multas previstas nos itens **10.1.2** e **10.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiras pessoas, poderão ser descontados em ordem de preferência, da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE.

10.2.1 Se o valor da garantia ou da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias** contados da comunicação oficial.

10.2.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

10.3 À CONTRATADA que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

10.3.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

10.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

10.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

10.3.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

10.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **10.3.1** e **10.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da CONTRATADA e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

10.4 As comunicações de **atos processuais** serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **5.1.34** e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

10.5 Da Decisão pela **aplicação das penas de advertência ou de multa**, caberá recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da notificação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

10.6 Da Decisão que imputar a sanção de **impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, caberá recurso dirigido ao Presidente do TRE-SE no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

10.7 Os prazos para recursos indicados nos itens **10.5** e **10.6** serão contados a partir da publicação do correspondente *decisum* no Diário Oficial da União.

11 DA RESCISÃO

11.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

11.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

11.2.1 Da decisão que concluir pela rescisão referida no item **11.2**, a(o) CONTRATADA(O) será igualmente notificada(o) por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) informado ao TRE (item **5.1.34**) e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

11.3 No caso de rescisão da contratação a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93 cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da publicação na Imprensa Oficial (DOU).

12 DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

13 DA GARANTIA

13.1 A(o) adjudicatária(o) prestará garantia de execução do objeto deste Instrumento, no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contados da assinatura do Contrato, dentre as modalidades a seguir:

13.1.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

13.1.2 Seguro-garantia, complementado, se necessário, com a cobertura "Responsabilidade Civil Obra" ou outra equivalente.

13.1.3 Fiança bancária.

13.2 Se a opção de garantia recair em **caução em dinheiro**, seu valor será depositado em conta garantia da Caixa Econômica Federal, em favor do TRE-SE, a fim de manter sua atualização financeira.

13.3 Recaindo a opção em **títulos da dívida pública**, os títulos deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

13.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

13.4.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiros pessoas, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

13.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) em sede de processo administrativo sancionatório.

13.5 A garantia de execução do objeto desta contratação corresponderá a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que lhe será liberado em **até 10 (dez) dias úteis**, ante a comprovação do pagamento das obrigações e de que foram descontadas eventuais multas aplicadas à(ao) CONTRATADA(O), finda a vigência da contratação e após o recebimento definitivo do objeto.

13.6 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) reforçá-la no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

13.6.1 Caso a(o) CONTRATADA(O) não apresente o reforço da garantia, o TRE-SE está autorizado a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), até o limite que restaure o valor da garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

13.6.2 A notificação deste Tribunal ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

13.7 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no item **10.1.2.1**, a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

13.7.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à(ao) CONTRATADA(O).

13.7.2 A(O) CONTRATADA(O), a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.7.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item 10.1.2.1 - poderá ser glosado de pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O).

13.8 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

13.9 A(o) garantidora/garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

13.10 A garantia terá validade de **270 (duzentos e setenta) dias**, a contar da data anotada na Ordem de Serviço para início das atividades.

13.10.1 Caso haja prorrogação da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a contratada se obriga a estender a garantia em igual período.

13.11 Para efeito de execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora no prazo da vigência contratual.

13.12 Será considerada extinta a garantia:

13.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.

13.12.2 Com o atendimento cumulativo das seguintes condições: expiração do prazo definido no item 13.10, recebimento definitivo do objeto e término da vigência do Contrato, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

14 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

14.1 Da Apresentação da Proposta

14.1.1 A proposta de preços deverá ser apresentada por intermédio de planilhas elaboradas **a partir de sistema de orçamentação ou editor de planilha eletrônicos**, fazendo **consignar o seu valor total em Reais e contemplar os seguintes documentos de orçamentação**:

14.1.1.1 Cronograma físico-financeiro, em etapas mensais, compatíveis com o prazo de **180 (cento e oitenta) dias** fixado para execução dos serviços, detalhado com prazos de início e término de cada uma das atividades necessárias à execução dos serviços correspondentes a cada etapa, os percentuais previstos acumulados, os custos totais previstos de cada etapa e acumulados e o custo total geral, compreendendo todas as despesas com a execução do objeto pactuado, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso, nos moldes do correspondente **Anexo** ao Edital.

14.1.1.2 Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, detalhada para cada item de serviço contemplado no cronograma físico-financeiro, nos moldes do correspondente **Anexo** ao Edital, **sendo vedadas**, a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composições de preços unitários, bem como a indicação de item/serviço como **VERBA**.

14.1.1.3 Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, nos moldes dos correspondentes **Anexos** ao Edital.

14.1.1.4 Planilha de Composições de Preços Unitários do Empreendimento, **na forma do correspondente Anexo** ao Edital, indicando, separadamente, os valores de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, não sendo permitida a indicação apenas de percentuais para material e mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes, inclusive em percentual.

14.1.2 Os Anexos Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e Planilhas de Detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas -BDI são referenciais, devendo o valor global apresentado contemplar a execução integral dos serviços, de modo que quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE-SE, ressalvado o disposto no item 14.1.2.1 deste Instrumento.

14.1.2.1 Em atenção ao [art. 13, II, do Decreto 7.983/2013](#), a(o) CONTRATADA(O) obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

14.1.3 A(o)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar especificações e planilhas fornecidas para execução dos serviços, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE-SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

14.2 Da aceitabilidade de preços

14.2.1 Será recusada a proposta que:

14.2.1.1 Apresente valor total superior a **R\$ 1.599.771,05 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil setecentos e setenta e um Reais e cinco centavos)**.

14.2.1.2 Contenha valor(es) unitário(s) e/ou de etapa de serviços superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) da "*Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários*" e do "*Cronograma Físico-Financeiro*", nos termos dos correspondentes Anexos ao Edital.

14.3 Dos critérios de julgamento das propostas:

14.3.1 Procedimento licitatório destinado à AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORES, em razão do valor total estimado ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil Reais).

14.3.1.1 Os critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo Decreto 8.538/2015, serão adotados na elaboração do Edital.

14.3.2 Na legislação vigente não há previsão de aplicação de regras de margem de preferência para a contratação do objeto licitado.

14.3.3 As regras atinentes ao direito de preferência previstas no Decreto 7.174/2010 não se aplicam ao objeto licitado.

14.3.4 Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, que são aquelas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores para o **item**:

14.3.4.1 Valor orçado pelo TRE-SE.

14.3.4.2 Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE-SE.

14.3.5 Os critérios definidos nos itens 14.3.4, 14.3.4.1 e 14.3.4.2 conduzem à presunção relativa de inexequibilidade de preços, motivo pelo qual a(o) Pregoeira(o), ao analisar a proposta, poderá facultar à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade (artigo 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/1993 c/c Súmula TCU nº 262).

14.4 Dos requisitos necessários à habilitação das(os) interessadas(os):

14.4.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

14.4.2 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, a(o) licitante deverá:

14.4.2.1 Apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da(o) licitante.

14.4.2.2 Comprovar índice de Liquidez Corrente ($LC = (AC) / (PC)$, em que: AC = Ativo Circulante, PC = Passivo Circulante) igual ou superior a 1 (um), bem como patrimônio líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de **3 (três) meses** da data da sessão pública de abertura do processo licitatório.

14.4.2.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

14.4.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

14.4.3.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do profissional de nível superior reconhecido pelo respectivo Conselho; ou de certidão(ões) de acervo técnico – CAT(’S), igualmente emitida(s) pelo CREA ou CAU, devendo constar, em quaisquer dos documentos, aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação. Admite-se a soma de atestados.

14.4.3.1.1 O(s) atestado(s) e a(s) certidão(ões) devem demonstrar a execução, pelo responsável técnico habilitado, de serviços de engenharia com todas as características e quantidades estabelecidas no quadro abaixo:

Características	Quantidades
Fornecimento e instalação de pavimentação e/ou revestimento cerâmico ou vinílico	área mínima de 1.000,00 m²
Fornecimento e instalação de forro acústico ou de gesso	área mínima de 750,00 m²
Fornecimento e instalação de divisórias divilux e/ou de gesso	área mínima de 200,00 m²
Execução de pintura de paredes, teto, esquadrias de madeira e de ferro	área mínima de 2.200,00 m²

14.4.3.1.2 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da(o) Contratada(o), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

14.4.3.1.3 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

14.4.3.1.3.1 Consideram-se pertencentes ao mesmo grupo empresarial empresas controladas por ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da proponente.

14.4.3.1.4 Para comprovação do vínculo da empresa com profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo Conselho Profissional, detentora/detentor dos atestados de capacidade técnica, conforme mencionado no item **14.4.3.1**, deve-se apresentar, alternativamente:

- 14.4.3.1.4.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a(o) licitante como Contratante.
- 14.4.3.1.4.2 Contrato social da(o) licitante em que conste a(o) profissional como sócia(o).
- 14.4.3.1.4.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).
- 14.4.3.1.4.4 Declaração de contratação futura da(o) profissional detentora/detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência desta(e).
- 14.4.3.1.5 Deve-se ainda comprovar o registro junto ao Conselho de Classe Profissional a cuja jurisdição pertençam a(o) licitante e a(o)s responsáveis técnica(o)s por ela(e) indicada(o)s, o que se fará mediante a apresentação de Certidões de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física ou de Relatórios atinentes à empresa e à(ao) profissional, emitidos via consulta ao *site* do Conselho Profissional correspondente.

15 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 Aplicam-se à contratação e aos casos omissos, a Lei 8.666/1993, a [Lei Complementar 123/2006](#), o [Decreto 8.538/2015](#), a Lei 13.709/2018 (LGPD), a Lei 10.406/2002 (Código Civil), o Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal), os Decretos [92.100/1985](#) e [7.983/2013](#), a [Resolução CNJ 114/2010](#) e a [Resolução TRE-SE 120/2015](#).
- 15.2 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 16.1 O Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação indicada no Estudo Técnico Preliminar.
- 16.1.1 Na elaboração deste Instrumento, os integrantes demandante, técnico e administrativo atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis, respectivamente, pelos aspectos funcionais e técnicos da solução e aspectos administrativos da contratação.

ANEXO II

PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

(Planilha de Venda sem desoneração, nos termos da Informação 1030/2023- SEENG, doc. 1331092).

(Processo Administrativo SEI 0001772-49.2023.6.25.8000, docs. 1331043, 1331087, 1331067).

ANEXO III

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

(Processo Administrativo SEI 0001772-49.2023.6.25.8000, doc. 1331058).

ANEXO IV

PLANILHA DE DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS

(Processo Administrativo SEI 0001772-49.2023.6.25.8000, doc. 1331047).

ANEXO V

PLANILHA DE DETALHAMENTO DOS BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

(Processo Administrativo SEI 0001772-49.2023.6.25.8000, doc. 1331045).

ANEXO VI

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO

ETAPAS DESEMBOLSO DE ATÉ	PERCENTUAL POR ETAPA	VALOR POR ETAPA (R\$)
1º mês	3,24%	51.812,94
2º mês	8,97%	143.571,32
3º mês	17,38%	277.976,57
4º mês	26,50%	423.895,55
5º mês	34,78%	556.326,33
6º mês	9,13%	146.188,34

(*) percentual incidente sobre o estimado da contratação, conforme Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários.

ANEXO VII

PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS DO EMPREENDIMENTO

(Processo Administrativo SEI 0001772-49.2023.6.25.8000, doc. SEI 1331059).

ANEXO VIII

PROJETOS

(Processo Administrativo SEI 0001772-49.2023.6.25.8000: Projeto arquitetônico (SEI 1329650); Projeto de Instalações Elétricas e cabeamento estruturado (SEI 1329694); Projeto Hidrossanitário (SEI 1329698); Projeto de Climatização (SEI 1329658).

ANEXO IX

MEMORIAIS DESCRITIVOS

(Processo Administrativo SEI 0001772-49.2023.6.25.8000: Memorial Descritivo - Projeto arquitetônico (SEI 1330641); Memorial Descritivo - Projeto de Instalações Elétricas e cabeamento estruturado (SEI 1330647); Memorial Descritivo - Projeto Hidrossanitário (SEI 1329856); Memorial Descritivo - Projeto de Climatização (SEI 1340741).

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA XXXX, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADAPTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FÓRUM DES. ALOÍSIO DE ABREU LIMA, EM ARACAJU/SE.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com Sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representada pela Exma. Senhora Presidente, **Des. ELVIRA MARIA DE ALMEIDA SILVA**

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(eu) (cargo), Senhora/Senhor (**NOME COMPLETO**), portadora/portador da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei 10.520/2002, da Lei 13.709/2018, do Decreto-Lei 2.848/1940, do Decreto 92.100/1985, do Decreto 7.983/2013, do Decreto 10.024/2019, da Resolução CNJ 114/2010 e da Resolução 120/2015 TRE-SE, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 08/2023**, processos SEI 0001772-49.2023.6.25.8000 e 0004114-33.2023.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de adaptação e manutenção do Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, em Aracaju/SE**, em regime de empreitada por preço global, conforme descrição a seguir:

1.1.1 Descrição do Objeto:

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	VALOR CONTRATADO
1	1627	SERVIÇO ENGENHARIA	Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de adaptação e manutenção do Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, em Aracaju/SE	R\$ XX

1.1.1.1 O Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima esta localizado na Rua Itabaiana, 580, São José, Aracaju/SE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 2.1 O prazo de execução do Contrato é **180 (cento e oitenta) dias**, contando-se da data estabelecida na ordem de serviço.
- 2.2 O prazo de vigência do Contrato será de **270 (duzentos e setenta) dias**, a contar da data de assinatura deste Instrumento.
- 2.3 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente nos itens **2.1** e **2.2**, admitem renovação (prorrogação) na forma da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

- 3.1 O valor total do presente Contrato importa em R\$ _____ (_____).
- 3.2 Não haverá reajuste uma vez que o prazo de execução dos serviços, a partir da data de apresentação da proposta, é inferior a um ano e que não se trata de serviço continuado.

3.2.1 Excepcionalmente, na hipótese de decorridos **12 (doze) meses** da data da apresentação da proposta, o valor remanescente ainda não executado poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

3.2.1.1 Não se aplica o disposto no item 3.2.1 na hipótese de o atraso na execução dos serviços avençados e a consequente prorrogação do prazo do Contrato ocorrerem por causa atribuída à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá apresentar ao CONTRATANTE, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis**, contado da data assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade _____ [forma definida pela(o) CONTRATADA(O), dentre as opções do **Anexo I** (Termo de Referência) ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 08/2023**], no valor de R\$ _____ (valor por extenso), com vigência de 270 (duzentos e setenta) dias, a contar da data anotada na Ordem de Serviço para início das atividades.

4.1.1 Caso haja renovação (prorrogação) da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a(o) CONTRATADA(O) se obriga a estender a garantia em igual período.

4.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

4.2.2 Prejuízos causados à(ao) CONTRATANTE ou a terceiras pessoas, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

4.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) em sede de processo administrativo sancionatório.

4.3 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada **em até 10 (dez) dias úteis**, ante a comprovação do pagamento das obrigações e de que foram descontadas eventuais multas aplicadas à(ao) CONTRATADA(O), finda a vigência da contratação e após o recebimento definitivo do objeto avençado.

4.4 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) reforçá-la, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

4.4.1 Caso a(o) CONTRATADA(O) não apresente o reforço da garantia, o TRE-SE está autorizado a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), até o limite que restaure o valor da garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

4.4.1 A notificação deste Tribunal ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

4.5 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza o TRE/SE, sem prejuízo do disposto no item **11.1.2.1**, a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

4.5.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à(ao) CONTRATADA(O).

4.5.2 A(O) CONTRATADA(O), a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

4.5.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **11.1.2.1** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O).

4.6 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

4.7 A(o) garantidora/garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à(ao) CONTRATADA(O).

4.8 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de vigência do Contrato.

4.9 Será considerada extinta a garantia:

4.9.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a(o) CONTRATADA(O) cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

4.9.2 Com o atendimento cumulativo das seguintes condições: expiração do prazo definido no item 4.1, recebimento definitivo do objeto e término da vigência do Contrato, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE SUAS VEDAÇÕES

5.1 São obrigações da(o) CONTRATADA(O):

5.1.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

5.1.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da(o) CONTRATADA(O), independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

5.1.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos pelos suas(eus) operária(o)s e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

5.1.5 Conhecer, por meio de responsável técnica(o), os locais onde serão executados os serviços, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e propriedades de terceiras pessoas, e ainda, a segurança da(o)s operária(o)s e transeuntes, durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

5.1.5.1 A obrigação constante do item **5.1.5** não se confunde com a **visita técnica** disciplinada no item **1.3** do Anexo I ao Edital (Termo de Referência).

5.1.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos dos referidos serviços.

5.1.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.7.1 Não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

5.1.7.2 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

5.1.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

5.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.1.9** transferirá à(ao) CONTRATADA(O) todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.1.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços.

5.1.12 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar a(o) responsável pela equipe de operária(o)s.

5.1.13 Cuidar para que o pessoal que executará os serviços contratados esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos realizados.

5.1.14 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

5.1.15 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal e da(o)s servidora(e)s junto ao serviço esteja protegido.

5.1.16 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação os dias e horários de atuação da(o) CONTRATADA(O), definida, inicialmente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial (07h às 17h), podendo, se necessário, verificar-se em dias e horários diversos, desde que devidamente justificada essa necessidade.

5.1.17 Registrar a contratação no **CREA/SE** e/ou no **CAU-SE**, na forma prevista na legislação vigente e fazer a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** e /ou o **Registro de Responsabilidade Técnica - RRT** de execução dos serviços no respectivo Conselho.

5.1.17.1 A ART ou o RRT devem ter como responsável engenheira(o) ou arquiteta(o), conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados da data estabelecida na Ordem de Serviço para o início da execução contratual.

5.1.18 Indicar substituta(o) à(ao) Preposta(o) designada(o) para a execução do objeto da presente contratação, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, no caso de o TRE-SE utilizar-se do direito de, motivadamente e a qualquer tempo, assim determinar.

5.1.19 Cuidar para que a(o)s engenheira(o)s ou arquiteta(o)s indicada(o)s para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenham poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

5.1.20 Retirar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.21 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.1.22 Afastar ou substituir por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação qualquer empregada(o) que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, **até 24 (vinte e quatro) horas** após receber a devida notificação.

5.1.23 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas da Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.24 Fornecer Livro de Ordem até a data estabelecida na Ordem de Serviço para o início das atividades, mantendo-o no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.1.25 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

5.1.26 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

5.1.27 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

5.1.28 Remover, às suas custas, ao fim dos serviços e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

5.1.29 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

5.1.30 Atender às normas sobre segurança e saúde no trabalho.

5.1.31 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à prestação dos serviços contratados, inclusive os serviços mal executados.

5.1.32 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

5.1.33 Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.1.34 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

5.1.35 Observar os termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

5.1.36 Entregar ao TRE-SE, **até o recebimento definitivo do objeto**, os desenhos "**as built**" de todos os projetos executados, devidamente conferido pela Gestão/Fiscalização Contratação.

5.1.36.1 O fornecimento dos desenhos "**as built**" ocorrerá sem prejuízo da responsabilidade civil da(o) CONTRATADA(O) em relação aos serviços por ela(e) realizados.

5.1.37 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e na Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

5.1.37.1 O gerenciamento de resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e aos procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (Lei nº 4452/2013 - Prefeitura Municipal de Aracaju/SE).

5.1.37.2 Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo à classificação presente nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução 307/2002 – CONAMA.

5.2 É expressamente vedado à(ao) CONTRATADA(O):

5.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

5.2.2 Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.

5.2.3 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE-SE.

5.2.4 Contratar servidora/servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.2.5 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

5.2.6 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

5.3 É dever do CONTRATANTE

5.3.1 Emitir Nota de Empenho.

5.3.2 Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da(o) CONTRATADA(O) ou por quem a(o) represente.

5.3.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.

5.3.4 Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

5.3.5 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

5.3.6 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, **preferencialmente** por meio eletrônico (e-mail).

5.4 É vedado ao CONTRATANTE:

5.4.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:

5.4.1.1 Exercer o poder de mando sobre a(o)s empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente à/ao Preposta(o) ou pessoa(s) responsável(eis) por ela(e) indicada(s)/indicado(s).

5.4.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

5.4.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções da(o)s trabalhadora(e)s da(o) CONTRATADA(O), mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora/trabalhador foi contratada(o).

CLÁUSULA SEXTA - DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

6.1 A Gestão da Contratação será realizada pela **Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços - COSER**, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 08/2023** (incluídos os seus anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e neste Instrumento e a aceitação por meio de atestação exarada nas notas fiscais ou faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

6.2 A **Fiscalização** da Contratação será realizada por meio de **Comissão designada para tal finalidade**, cabendo-lhe dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

6.4.1 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir, reformar, adaptar e instalar, poderá a(o) referida(o) Gestora/Gestor, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela(o) CONTRATADA(O).

6.4.1.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado.

6.4.1.2 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo do objeto contratado não poderá ser realizada sem a análise da Fiscalização.

6.5 A COSER rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e neste Instrumento.

6.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

6.7 Será exigido o Livro de Ordem, que é de adoção obrigatória, conforme Resolução CONFEA 1.094/2017.

6.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a respectiva autoria, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

6.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART ou RRT, a efetiva participação da(o) profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

6.7.3 Neste livro de ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme Resolução CONFEA 1.094/2017, a ser providenciado pela(o) responsável técnica(o) pelos serviços e pelo CONTRATANTE.

6.8 A Comissão de Fiscalização lavrará termo circunstanciado de recebimento provisório, assinado pelos seus membros e pela(o) CONTRATADA(O), no prazo de **15 (quinze) dias** contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela(o) CONTRATADA(O).

6.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

6.8.2 A Comissão de Fiscalização da Contratação examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Termo de Referência, especificações técnicas e demais anexos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 08/2023**, e fará constar do termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a(o) CONTRATADA(O) deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

6.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das eventuais deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, **a COSER emitirá**, no prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados da respectiva comprovação, Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, que será assinado também pela(o) CONTRATADA(O).

6.9.1 Se, no decorrer do prazo de emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à(ao) CONTRATADA(O), que deverá efetuar as correções no tempo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, suspendendo-se o decurso dos **90 (noventa) dias** fixados no item **6.9**.

6.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a(o) CONTRATADA(O) faça jus.

6.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação por parte da(o) CONTRATADA(O) da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

6.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos após cumpridas todas as obrigações assumidas pela(o) CONTRATADA(O) e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

6.12 A(o) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

6.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiras pessoas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

7.1 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, com este Instrumento ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.1.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela(o) CONTRATADA(O) e aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.2 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela(o) CONTRATADA(O), e devidamente aceita pela **Comissão de Fiscalização da Contratação**, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

7.3 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a(o) CONTRATADA(O) solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela(o) CONTRATADA(O) todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a(o) CONTRATADA(O) será autorizada(o) a apresentar os documentos de cobrança (faturas), referentes ao preço da etapa executada.

7.3.1 Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

7.3.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro.

7.3.2.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

7.4 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens **7.3.1** e **7.3.2**, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência ou por quem esta delegar.

7.5 Quando as situações previstas nos itens **7.3.1** e **7.3.2** ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

7.6 À(ao) CONTRATADA(O) caberá sanar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item **7.3**.

7.7 Atendidas as exigências do item **7.6**, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura da(o) CONTRATADA(O), acompanhada de todos os documentos e

reunidas todas as condições necessárias à atestação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.7.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da data da atestação.

7.7.2 A atestação será efetuada pela Comissão de Fiscalização da Contratação em até **2 (dois) dias úteis** contados da perfeita e efetiva execução do objeto contratado.

7.7.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da(o) CONTRATADA(O), comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.8 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.8.1 A(o) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.8.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.9 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **7.7** ou **7.7.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

7.9.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.9**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.10 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da(o) CONTRATADA(O) relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.10.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na Internet: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar/>; <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <https://www.tst.jus.br/certidao1>.

7.10.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.10.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na Nota de Empenho e neste Instrumento.

7.10.4 Eventual mudança do CNPJ da(o) CONTRATADA(O) (matriz/filial), encarregada(o) da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

7.11 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.12 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à(o) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

7.13 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a(o) CONTRATADA(O) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RETENÇÕES NA FONTE

8.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

8.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

8.1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

8.1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

9.2 No caso de celebração de aditivos contratuais, observar-se-ão as regras previstas no Decreto 7.983/2013, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

10.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da

possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

10.2.1 Da decisão que concluir pela rescisão referida no item **10.2**, a(o) CONTRATADA(O) será igualmente notificada(o) por e-mail remetido ao(s) endereço(s) eletrônico(s) informado ao TRE (item **5.1.34**) e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

10.3 No caso de rescisão da contratação a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93 cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da publicação na Imprensa Oficial (DOU).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

11.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto 10.024/2019, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser sancionada(o), **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

11.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

11.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, equivalente a **1,0 % (um por cento) do valor de cada etapa da contratação**, por dia de atraso na **finalização da respectiva etapa**, até o limite de **15% (quinze por cento)**.

11.1.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

11.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado**.

11.1.3.1.1 A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades em até **15 (quinze) dias** do prazo estabelecido na ordem de serviço.

11.1.3.2 Na situação de recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação, **a multa equivalerá a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência**.

11.1.3.3 Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, aplicar-se-á multa de **0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda ocorrência**.

11.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, penalidade a ser aplicada pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe nos prazos adiante indicados e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

11.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

11.1.4.2 Por até 2 (dois) anos, na hipótese de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação que resultar em prejuízo ao CONTRATANTE.

11.1.4.3 Por até 5 (cinco) anos, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

11.1.4.3.1 Para os fins do item **11.1.4.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

11.2 O valor das multas previstas nos itens **11.1.2** e **11.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiras pessoas, poderão ser descontados em ordem de preferência, da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE.

11.2.1 Se o valor da garantia ou da(s) fatura(s) for insuficiente, fica a(o) CONTRATADA(O) obrigada(o) a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias** contados da comunicação oficial.

11.2.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela(o) CONTRATADA(O) ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

11.3 À(ao) CONTRATADA(O) que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

11.3.1 Será penalizada(o) com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

11.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

11.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

11.3.2 Será penalizada(o) com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

11.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **11.3.1** e **11.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da(o) CONTRATADA(O) e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

11.4 As comunicações de **atos processuais** serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **5.1.34** e/ou cadastrado(s) no SICAF (Nível 1 - Credenciamento).

11.5 Da Decisão pela **aplicação das penas de advertência ou de multa**, caberá recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da notificação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

11.6 Da Decisão que imputar a sanção de **impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF**, caberá recurso dirigido ao Presidente do TRE-SE no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

11.7 Os prazos para recursos indicados nos itens **11.5** e **11.6** serão contados a partir da publicação do correspondente *decisum* no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas com este Contrato terão como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros consignados no Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.219Z.0028/Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - PTRES: 213920, Grupo Natureza de Despesa (GND) – Investimentos, Nota de Empenho 2023NEXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

14.1 A(o) CONTRATADA(O) indica _____, CI _____, SSP/____, CPF/MF _____, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a CONTRATADA deverá indicar outra(o) representante, conforme previsto no item 5.1.18.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

15.1 Integram o presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2023, os seus Anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 Aplicam-se à contratação e aos casos omissos, a Lei 8.666/1993, a [Lei Complementar 123/2006](#), o [Decreto 8.538/2015](#), a Lei 13.709/2018 (LGPD), a Lei 10.406/2002 (Código Civil), o Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal), os Decretos [92.100/1985](#) e [7.983/2013](#), a [Resolução CNJ 114/2010](#) e a [Resolução TRE-SE 120/2015](#).

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

(assinado e datado eletronicamente)
(NOME DO DESEMBARGADOR)
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)
(NOME DA(O) REPRESENTANTE)
(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **ISRAEL MACEDO CARVALHO, Chefe de Seção**, em 13/03/2023, às 09:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1340811** e o código CRC **A29A5DC6**.